



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de educação.

A PRESENÇA DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR E O PAPEL DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

SANDRA DE OLIVEIRA GOMES PEREIRA¹
JURILDES BARREIRA NUNES²

Resumo: É reconhecida a expansão do acesso ao ensino superior brasileiro e a significativa presença do público feminino nas universidades do país, essa constatação não exclui, porém, as desigualdades existentes nesse espaço no que concerne ao gênero, raça/ etnia e condição social. O presente ensaio busca refletir sobre a inserção histórica das mulheres no processo de formação universitária e perceber o papel das políticas de assistência estudantil para a garantia de permanência destas mulheres no ensino superior, evidencia-se a necessidade de ampliar o debate sobre os principais dilemas vividos pelas mulheres universitárias no processo de inserção, permanência e reconhecimento nos espaços sociais.

Palavras-chave: Educação superior; desigualdades de gênero; Políticas de Permanência no Ensino superior.

Abstract: The expansion of access to Brazilian higher education and the significant presence of the female public in the country's universities is recognized, but this does not exclude inequalities in gender, race / ethnicity and social status. The present essay seeks to reflect on the historical insertion of women in the process of university education and to understand the role of student assistance policies in guaranteeing the permanence of these women in higher education, there is a need to broaden the debate about the main dilemmas experienced by university women in the process of insertion, permanence and recognition in social spaces.

Keywords: Higher education; gender inequalities; Permanence Policies in Higher Education.

1. INTRODUÇÃO

Reconhecer os principais desafios postos para a educação superior brasileira permite compreender os reais motivos da defasagem de pessoas com esse nível de ensino no país. A desigualdade de oportunidades para o

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: <sandra82gomes@gmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

acesso e permanência nesta modalidade de ensino possui chão histórico na sociabilidade brasileira, mesmo reconhecendo a importância da formação superior nos diversos âmbitos da vida social e econômica de um país, ainda há um gargalo no que se refere as políticas de acesso e permanência ao ensino superior gratuito e de qualidade. Nesse sentido, torna-se importante compreender as políticas que assegurem aos estudantes acessar e finalizar o ensino superior, além de reconhecer os discursos ideológicos que legitimam a mercantilização do ensino no contexto brasileiro e que excluem uma parcela significativa da população desse nível de ensino.

No que concerne a desigualdade de gênero, a dificuldade de acesso e permanência no ensino superior é agravada, embora seja reconhecida a expansão do acesso ao ensino superior brasileiro e a significativa presença do público feminino nas universidades do país, essa constatação não exclui, porém, as desigualdades existentes nesse espaço no que concerne ao gênero, raça/ etnia e condição social. O presente ensaio busca refletir sobre a inserção histórica das mulheres no processo de formação universitária e perceber o papel das políticas de assistência estudantil para a garantia de permanência destas mulheres no ensino superior, evidencia-se a necessidade de ampliar o debate sobre os principais dilemas vividos pelas mulheres universitárias no processo de inserção, permanência e reconhecimento nos espaços sociais.

Esse ensaio pretende apresentar elementos que subsidiem presentes e futuras discussões quanto aos desafios enfrentados pelas mulheres que ingressam no ensino superior, uma inserção historicamente marcada pela desigualdade de acesso e oportunidades ao ensino, mas resultado de muita luta e protagonismo feminino. Dentre tantos desafios, é preciso elaborar políticas que efetivem o direito de permanência destas mulheres no ensino superior, além de debates que subsidiem a superação da atual e desigual divisão sexual do trabalho.

Com uma abordagem qualitativa, a partir de uma revisão teórica, o presente trabalho visa apresentar algumas reflexões iniciais sobre a temática, caracterizando um debate embrionário das autoras, mas que não pretendem esgotar o debate neste estudo.

2. TRABALHO, CAPITALISMO E DESIGUALDADES DE GÊNERO

As mudanças ocorridas no âmbito societário e no trabalho criam condições para transformações das relações sociais e moldam a sociedade contemporânea. Um dos mais expressivos exemplos destas mudanças refere-se a ocupação feminina no mercado de trabalho, sua significativa inserção nos cursos de ensino superior e a reconfiguração de seu papel social e familiar. Os avanços, porém, não escondem a complexidade das questões presentes nessa discussão e não são sinônimos de igualdade de gênero no contexto brasileiro.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, iniciada no século XIX, ainda é permeada por inúmeros desafios, principalmente no que se refere a desigualdade de gênero no âmbito do trabalho, discriminação e distribuição desigual de renda e de atividades. É importante considerar que essa inserção, indiscutivelmente foi uma importante conquista, mas está associada ao modo de produção capitalista que passou profundas transformações a partir do século XX, e vem demandando, cada vez mais, por novas forças de trabalho, além de produzir reflexos nas configurações do mercado de trabalho e, conseqüentemente, na concepção atribuída ao papel da mulher nesta nova sociabilidade.

O processo de construção histórica da reestruturação produtiva na década de 1970, somado ao modelo de gestão neoliberal, irá imprimir um processo contínuo de precarização do trabalho e aumento da exploração da classe trabalhadora. As transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho incidiram mais amplamente no Brasil na década de 1990, em um contexto marcado pela expansão neoliberal, transformando o capitalismo em um processo de financeirização e mundialização da economia, deteriorando os demais pilares sociais. Homens e mulheres presenciam um fortalecimento do mercado, com o “aval” do Estado, ao mesmo tempo em que acompanham o aumento do desemprego, da precariedade do trabalho, terceirização indiscriminada, informalidade e enfraquecimento das forças sindicais (ANTUNES, 2006).

A flexibilidade no trabalho apresenta um caráter perverso para classe trabalhadora, deixando evidente a importância de uma intervenção e efetivação

do Estado através de políticas públicas, que promovam as necessidades básicas e urgentes de uma determinada classe, mas para também gerar emprego e renda com ações e acesso menos burocráticos a população que se encontra fora do processo produtivo, ou seja, excluídos do mercado do trabalho, ou até mesmo quando se encontram inseridos, não conseguem se integrar e se consolidar de forma que sua cidadania e bem-estar sejam garantidos, mesmo que em condições mínimas assim como é previsto.

Nesse cenário, a mulher, que tanto lutou e ainda luta pela igualdade de direitos, se vê na condição de trabalhadora explorada em sua força de trabalho e ainda é a principal responsável pelas atividades domésticas e de cuidado com os integrantes da família. Apesar da sua participação na dinâmica societária e de todas as atividades desenvolvidas pelas mulheres, a condição desigual da divisão sexual do trabalho permeia as relações entre homens e mulheres na sociedade brasileira, e nesse sentido Carloto (2001) apresenta:

que a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino. (CARLOTO, 2001, apud Brito e Oliveira, 1997, p. 252)

Persiste a propagação da ideia equivocada de que essas desigualdades foram superadas, fato que apenas reforça ideologias e concepções conservadoras, naturalizadas na maioria das sociedades capitalistas. A realidade das mulheres continua sendo afetada profundamente pela divisão sexual do trabalho que, conforme Carloto (2001), reforça a segregação das mulheres no âmbito de reprodução produtiva e legitimam o discurso de continuidade de diferenças de gênero. Nesse contexto são agudizadas as desigualdades, mas são produzidas também resistências, para aqueles/as que buscam a superação da sociabilidade desigual e violenta, que acreditam as lutas sociais possibilitam abrir caminhos para transformações societárias.

Notoriamente as mulheres têm se inseridos em novos espaços e ocupando cargos e condições, antes jamais imaginados. Sua significativa presença no ensino superior é a maior ilustração deste fato, sendo possível afirmar que as universidades brasileiras registram a presença histórica de um público majoritariamente feminino.

Considerando que, em 1956, elas representavam 26% do total de matriculados/as e, em 1971, não passavam de 40% (Barroso e Mello, 1975). A reversão deste quadro, de acordo com a pesquisa de Moema Guedes (2009), aconteceu no início dos anos 2000, quando as mulheres entre 20 e 29 anos atingiram 60% do total de concluintes. O número de mulheres ainda é mais expressivo quando os dados de matrícula são desdobrados nas categorias educação a distância (EaD) e educação presencial, com as mulheres representando 66,6% entre os/as estudantes na EaD em 2012. (BARRETO, 2014, p. 13)

No entanto, estes dados não excluem as desigualdades de gênero ainda existentes que “articuladas a outros vetores de desigualdade social, como raça/etnia, ainda estão presentes e limitam a equidade na distribuição de oportunidades.” (BARRETO, 2014, p. 12). É preciso, ainda, delinear o cenário atual que o sistema de ensino superior se encontra. Constituído, predominantemente pelo setor privado e marcado pelo processo de mercantilização das políticas públicas, é um sistema que apresenta grandes problemas em relação à universalização de seu acesso e garantias de permanência dos acadêmicos, uma vez que uma parcela significativa de seus estudantes não possui condições econômicas de permanecerem nas universidades ou conciliar os estudos com o trabalho.

3. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ACESSO DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Historicamente, o direito ao acesso ao ensino no Brasil se configurou em um processo excludente e desigual para as mulheres. De acordo com Ribeiro (2000), a tradição importada pelos europeus, durante o processo de colonização do Brasil, pregava a inferioridade da mulher, portanto, não considerava necessária a alfabetização das mesmas. Marcada pela inserção tardia ao ensino, a educação feminina, desde o período Colonial, era voltada às orientações e cuidados do lar. Nessa lógica, as “funções” atribuídas às

mulheres limitavam aos trabalhos domésticos e cuidados do marido e filhos. Reforçado pela forte presença do moralismo cristão, a figura feminina é cercada de mitos e preconceitos.

Somente após a promulgação da independência do Brasil que esse quadro sinaliza uma mudança. Em 1822 o ensino primário é ofertado pelo Estado e estendido para as meninas, ainda com pouca representatividade no espaço escolar e um processo marcado por dificuldades como a falta de professoras e interesse dos pais em aderir a proposta, permanecia a lógica de preparar as mulheres para os cuidados domésticos e constituição de família (BELTRÃO; ALVES, 2009).

A história aponta para um tímido avanço para inclusão feminina no processo de formação e profissionalização. Somente em 1875, com a criação da “Escola Normal”, destinadas às mulheres para se profissionalizarem na carreira de magistério, inicia a concepção que de que a docência era a profissão socialmente aceita para as mulheres.

De qualquer forma, as mulheres achavam-se excluídas da possibilidade de acesso aos cursos superiores, mesmo que se preparassem adequadamente em escolas particulares ou com preceptores. Isso porque para tal não se exigiam diplomas, mas era necessário fazer os exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, destinados exclusivamente ao público masculino (ARANHA, 2006, p. 230).

Foi no século XX que ocorreu uma expansão do ensino brasileiro, justificada pelas demandas impostas pelo processo do avanço capitalista no país. É possível perceber o aumento da presença feminina nos ensinos secundário e superior, sem alterar, porém a posição inferior da mulher em relação ao homem frente as oportunidades, distribuição de renda e reconhecimento social.

Com a criação do Ministério da Educação e das universidades brasileiras, na década de 1930, expandem-se as oportunidades de inserção feminina no sistema educacional, mas ainda era visto como um campo restrito às elites do país. O cenário mundial político, econômico e social do mundo nas décadas seguintes irá provocar transformações estruturais na história da sociedade brasileira. As mudanças foram mais rápidas a partir da metade da década de 1940, a expansão da economia, industrialização e urbanização do

país fez com que a demanda por mãos de obras em diferentes setores econômicos nacionais ampliasse, as mulheres são demandadas a ocuparem cargos cada vez mais específicos e as décadas que se seguem ocorre o aumento do nível de escolarização da população. Novas relações sociais são geradas, novas concepções de mundo, influenciadas pelos modelos importados e novos debates são apresentados, entre eles a discussão sobre a “emancipação feminina” já na década de 1960.

Esse processo, não representava a ruptura com a visão conservadora sobre a mulher na sociedade, atrelando seu papel ao lar, família e cuidados, mas é importante notar que o maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho e ao sistema educacional representou um avanço histórico provocado principalmente pelas mudanças advindas desde a segunda metade do século XX.

Um importante acontecimento da década de 1970 e que marcará essa discussão, refere-se ao ressurgimento do movimento feminista contemporâneo, nomes importantes nesse cenário aparecem, como Beauvoir, Millet, Friedman, entre outras, adentrando nas universidades e fazendo cada vez aflorar o debate teórico sobre a questão da mulher. Prosseguindo e ganhando força na década seguinte, a institucionalização do feminismo levanta debates urgentes, ocupam as agendas feministas e as mulheres continuavam inserindo cada vez mais nos espaços sócios institucionais e, nesse contexto, nas salas de aulas.

As reformas educacionais ocorridas no Brasil na década de 1990 foram fundamentais para reduzir as desigualdades existentes no nível educacional, sob uma forte tendência de ampliar o acesso à educação para todos. Foi, porém, somente nos anos 2000, com a criação da Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres (SPM) e a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que as questões de gênero inseriram no debate de política educacional no nível federal. Para Rosemberg (2012), essa iniciativa representou uma grande vitória na luta contra o sexismo, ultrapassando a ideia de que bastava ampliar o acesso das mulheres ao ensino superior, era preciso reconhecer a mulher, em sua trajetória história, e de forma o sistema educacional “acolhe” essas mulheres.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior (2013) do total de mais de sete milhões de matrículas realizadas no ensino superior em 2012, 57% são mulheres. Esses números representam os incontestáveis avanços das lutas enfrentadas pelas mulheres em sua trajetória pela busca do direito ao acesso à instrução e ao conhecimento, conseqüentemente, por melhores oportunidades e relações mais igualitárias. Mas não é possível negar que a busca incessante pelo rompimento das barreiras culturais e sociais continua, marcada por um caminho tortuoso e de muitos obstáculos.

Refletir sobre essa trajetória possibilita também entender a própria história da sociedade brasileira e repensar na seguinte questão: É inegável a inserção feminina no ensino superior no Brasil, mas de que forma as políticas brasileiras possibilitam a permanência destas mulheres nas universidades, sabendo que a dupla/tripla jornada é a realidade da maioria destas mulheres.

4. AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA E A BUSCA PELO DIREITO AO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

A expansão das universidades nos últimos anos no Brasil vem acompanhada da preocupação no que se refere à mercantilização do ensino superior. Para atender aos interesses neoliberais que se preocupa, prioritariamente, com a expansão mercadológica em detrimento do ensino de qualidade e de abrangência universal, cria um processo contínuo de privatização da educação, assistimos diferentes formas de precarização do ensino e redução significativa de investimentos nesta área.

É nesse cenário que discursos reacionários sustentam o projeto de limitar o acesso ao ensino superior, findar as políticas inclusivas, reduzir vagas nas universidades públicas, extinguir programas e cursos, entre outras barbáries, remetendo ao tempo em que o ensino era destinado à uma pequena parcela da elite brasileira e que servia apenas ao interesse da mesma.

A luta é pela ampliação do acesso às universidades públicas e gratuitas, pela manutenção dos investimentos necessários para área e a garantia de um ensino de qualidade e que forneça aos estudantes a garantia da permanência na universidade. “Nesse sentido, é fundamental pensar em estratégias para

uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional” (IMPERATORI, 2017, p. 290, apud Vasconcelos, 2010).

O processo de criação de novas universidades e ampliação do número de vagas ofertadas por estas, contribuindo para o acesso de estudantes que até então eram excluídos deste espaço acadêmico e impulsionando a necessidade de implantação de políticas de assistência estudantil, pois, como aponta Silveira (2012, p.13) “de nada adianta apenas a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver a paralela garantia de que eles possam participar ativamente da vida universitária e concluir com sucesso tanto os cursos de graduação como os de pós-graduação”.

Compreende-se que apenas ampliar a oferta de vagas nas universidades públicas, não é sinônimo de garantia de permanência dos estudantes pertencentes às camadas economicamente baixas da sociedade, é preciso que políticas de assistência estudantil assegurem à estes estudantes a conclusão dos estudos e com qualidade de vida ao longo da trajetória acadêmica, nesse sentido a política de assistência estudantil deve ser um fator que amenize as desigualdades sociais e não reforçá-la.

A assistência estudantil brasileira foi construída em uma arena de muitas lutas e interesses políticos, além de contar com a participação de diferentes atores sociais, destacando docentes, discentes e categorias representativas do ensino brasileiro. Ao longo dessa construção histórica, avanços significativos foram conquistados, entre eles a instituição do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que segundo Imperatori (2017):

O PNAES foi instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Ifes, sendo implementado a partir do ano de 2008. Trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Ifes do Brasil. (IMPERATORI, 2017, p.294)

O PNAES abarca as diferentes áreas da vida acadêmica, incluindo nos eixos de ações direcionadas à moradia estudantil, alimentação, transporte,

assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2007). Compreende-se, portanto, que as políticas de assistência estudantil devam ir para além da destinação de recursos, mas que contemplem a diversidade de demandas e desafios presentes no cotidiano dos acadêmicos, buscando reduzir as desigualdades e evasão estudantil, garantindo uma política pública de assistência estudantil que abarque as questões subjetivas e objetivas dos estudantes, preocupada também com as questões emocionais.

Com as alterações realizadas a partir do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, de acordo com Imperatori (2017), o PNAES experimenta algumas reestruturações, principalmente no que se refere à sua finalidade, que passa ser assegurar a permanência dos jovens na educação superior pública federal, e os objetivos que são voltados para reduzir as desigualdades sociais e regionais do ensino superior no país e proporcionar maior democratização de condições de permanência dos jovens na educação superior, contribuindo para a promoção da inclusão social neste nível de ensino.

Outras importantes observações referentes as alterações da portaria do PNAES apontam para a direção não universalizante que esta política tomou, transformando em um panorama focalizando e individual

Dessa forma, o acesso à assistência estudantil foi fixado a partir de um critério de renda, mais restritivo que o anterior, que ainda poderá ser acrescido de outros critérios nas instituições. Isso significa que não se trata de uma política universal para todos os estudantes de graduação. Ao contrário, há uma restrição significativa dos beneficiários. Outro aspecto interessante é observar que o usuário da assistência estudantil é o próprio estudante e não sua família, o que agrega um caráter individual ao programa. (IMPERATORI, 2017, p.297)

Cavaignac e Costa (2012) acrescentam a análise de que, embora a o PNAES representou ganhos para os estudantes universitários, ela ainda não consegue atender a demanda por universalização deste direito, ou seja, se configura em política seletiva e residual, acompanhando a configuração da política educacional brasileira.

São aspectos importantes e precisam ser problematizados no âmbito da educação brasileira, uma vez que a “política de assistência estudantil é indissociável do processo de garantia de direito à educação” (SILVEIRA, 2012,

p.11). Na realidade brasileira, prevalece a oferta de bolsas ou auxílios financeiros para subsidio das despesas durante o processo de formação, no entanto, conforme preconiza o Plano Nacional de Assistência Estudantil, é necessário que sejam ofertadas ações de moradia, alimentação, transporte, creche, ações de promoção da saúde física e mental dos acadêmicos. Aspectos importantes para a garantia da permanência dos estudantes e se tratando de mulheres e mães, a creche é extrema importância para inserção e continuidade dos estudos das universitárias.

Alguns pontos para reflexão, referem-se ao direcionamento da política pública educacional brasileira no sentido de expandir o ensino superior, apresentado políticas de ação afirmativa nos processos seletivos e ampliando vagas , o que pode-se observar, no entanto, é que o processo de inclusão que ocorreu nos últimos anos no ensino superior, não ocorreu a igualdade de oportunidades para todos os grupos sociais,

No que se refere à inserção das mulheres, a partir da análise dos dados agregados, sem a decomposição em outras variáveis como raça, o exame do conjunto de informações sobre o ensino superior mostra que a presença feminina nos mais altos níveis de ensino também é cada vez mais ampla, mas ainda bastante desigual. Adicionalmente, pesquisadoras/es como Bruschini, Lombardi, Mercado e Ricoldi (2011) têm ressaltado que o fato das mulheres atualmente terem nível de escolaridade mais elevado que os homens, não tem impactado significativamente no cenário de discriminação e violência física e simbólica de que são objeto. (BARRETO, 2014, p.42)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho apresentar, ainda que brevemente os principais elementos que justificam a inserção histórica das mulheres no processo de formação universitária e perceber o papel das políticas de assistência estudantil para a garantia de permanência destas mulheres no ensino superior. Foi possível perceber que a inserção feminina ao ensino, no contexto brasileiro, foi historicamente marcada pela desigualdade de acesso e oportunidades, em um sistema educacional construído sobre uma base essencialmente excludente e inserido em contexto societário marcado pelas desigualdades sociais e econômicas.

É notório dessa forma, compreender que as diferentes expressões da questão social justificam dos modelos desiguais encontrados na história da sociedade brasileira e que apresentam processos de trabalho cada vez mais complexos, o valor de troca fundamenta as intenções do capitalismo monopolista, exacerbado e exploração da mão de obra principalmente da mulher, com jornada de trabalho exaustiva e não se reconhecendo com parte de trabalho.

A história passa pela divisão do trabalho em que as máquinas são inseridas nos processos do capital. Há então as contradições entre os interesses particulares e coletivos dos agentes envolvidos na mão de obra e o período se caracteriza pela alienação em suas atividades, em que o homem não mais se reconhece na produção de seu próprio trabalho. Iamamoto (2007, p. 57) afirma que “Sendo o trabalho humano expressão da atividade humana num contexto de alienação, a divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho dentro da alienação”.

O sistema capitalista amplia suas condições monetárias em que o trabalho se produz por meio da troca (somente o que agrega valor é válido para o sistema monetário), em que as produções se dão em processos coletivos, gerando mais produtos em menos tempo de serviço, contribuindo assim para a degradação da mão de obra individual e a porta de entrada para o capitalismo monopolista. A desigualdade social é uma questão social enraizada na sociedade desde os seus primórdios e as reflexões que esta expressão traz engendra uma reflexão sobre a influência das mulheres em de se construir e reconstruir um modelo mais igualitário nas relações humanas

No que concerne o direito ao acesso ao ensino superior, houve uma redução das desigualdades existentes no nível educacional, fruto de muita luta e reivindicações dos movimentos feministas. A forte presença das mulheres nas universidades brasileiras representam os incontestáveis avanços das lutas enfrentadas em sua trajetória pela busca do direito ao acesso à instrução e ao conhecimento, conseqüentemente, por melhores oportunidades e relações mais igualitárias.

A assistência estudantil brasileira foi construída em uma arena de muitas lutas e interesses políticos, mas conseguiu amenizar as desigualdades

existentes no que se refere ao acesso e permanência ao ensino superior dos estudantes pertencentes às camadas economicamente baixas da sociedade, dentre as principais conquistas o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) ganhou destaque por ofertar ações de moradia, alimentação, transporte, creche, ações de promoção da saúde física e mental dos acadêmicos. A busca é pela ampliação do acesso às universidades públicas e gratuitas, que garantam os investimentos necessários e que recusem o processo de mercantilização do ensino superior.

A presença feminina no mercado de trabalho e no ensino superior, não representa a superação das relações desiguais na sociabilidade brasileira e não escondem a complexidade das questões presentes nessa discussão e não são sinônimos de igualdade de gênero no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BARRETO. Cadernos do GEA. – n.6 (jul./dez. 2014). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf . Acesso em: 26 jun. 2018.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf Acesso em: 26 jun. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. **Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf acesso 26 jun. 2018.

_____. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: www2.camara.leg.br/.../2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1 . Acesso 20 jun. 2018.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf . Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso jun. 2018.

CARLOTO, CÁSSIA MARIA. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001. http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; COSTA, Renata Maria Paiva da. Serviço social, assistência estudantil e “contrarreforma” do estado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/17589/pdf_1. Acesso em: 20 jun. 2018

CENSO da educação superior 2013: resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

IAMAMOTO. M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

Imperatori; Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VELOSO, R. No caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2001.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Educação de Mulheres Jovens e Adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, 2012. Disponível em: http://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA_A-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-

[no-Ensino-Superior-%E2%80%93-uma-an%C3%A1lise-sobre-as-pol%C3%ADticas-de-perman%C3%Aancia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf](#). Acesso em: 20 jun. 2018